

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 161

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 039ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE DEZEMBRO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Carlos Simões.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pestuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2679

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 2678

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 158/2000, item 07, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2680

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada por 10 Sessões Ordinárias e/ou Extraordinárias, do Projeto de Lei nº 158/2000, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Executivo a instalação de centros de formação de condutores pelo Detran, para qualificação de condutores, gratuitamente.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) NELSON GARCIA

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Ângelo Vanhoni, Edno Guimarães, Luciana Rafagnin, Basílio Zanusso, Luzi Accorsi, Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Ademir Bier, Ricardo Maia, Nelson Justus, Marcos Isfer, Luiz Carlos Alborghetti, Toni Garcia, Nelson Tureck, Elio Rusch e Divanir Braz Palma.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados:

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Nesta Sessão Extraordinária há um projeto de emenda à Constituição de autoria deste Parlamentar, assinado por V. Exa. e pelo deputado Durval Amaral. Como se trata de uma emenda constitucional ele requer um quórum privilegiado. Faria um apelo aos senhores parlamentares que, porventura, estejam em gabinetes, para que compareçam ao Plenário, porque, afinal de contas, esta Casa vai votar esta emenda constitucional que se refere a dar autonomia ao Corpo de Bombeiros do Estado do

Paraná. Por sinal temos aqui a presença de vários oficiais, inclusive do próprio Comandante do Corpo de Bombeiros que vieram prestigiar a Sessão e acompanhar, evidentemente, uma matéria que é de sumo interesse para a coletividade do Corpo de Bombeiros. O projeto já tem o parecer favorável do secretário da Segurança Pública, tem o parecer favorável do próprio Comando da Polícia Militar.

Portanto, para que este projeto, esta emenda seja aprovada necessita de 33 votos favoráveis. Por isso apelo aos senhores parlamentares, para que se estiverem fora do Plenário, compareçam para que esta votação possa ter um transcurso normal e a gente não decepcione esta corporação tão importante, admirada por tantos que é o Corpo de Bombeiros que hoje está aqui esperando esta votação com muita ansiedade.

Obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 123/2002, de autoria do deputado Durval Amaral e outros, que cria o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná e na estrutura da Segurança Pública, altera, modifica e insere dispositivos nos artigos 45, 46, 47, 48, 49, 53, 66 e 108, da Constituição Estadual, acrescenta artigos às disposições constitucionais transitórias e dá outras providências. COM PARECER DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL COM SUBSTITUTIVO GERAL. (Publ. no DA. nº 114/2002, de 09/09/2002 - Emenda Constitucional).

SUBSTITUTIVO GERAL EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promulga nos termos do § 3º do artigo 64 da Constituição Estadual a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Fica acrescido o § 15 do artigo 45 da Constituição estadual e os §§ 4º e 5º passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 45 - ..

“§ 4º O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra”.

“§ 5º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por

sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior”.

“§ 15 - As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel”.

Art. 2º - O artigo 46 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica;

IV - Corpo de Bombeiros Militar.”

Art. 3º - O artigo 48 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, instituições permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares”.

“§ 1º - À Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, executando os tipos de policiamento e o exercício de funções definidos em lei”.

§ 2º - Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a preservação e combate a incêndios, socorros públicos, buscas e salvamentos, administração do sistema de defesa civil e a coordenação de suas atividades, perícias, pareceres técnicos e redução de normas nos assuntos de sua competência, de acordo com a lei, além de outras funções que lhe forem atribuídas”.

Art. 4º - O artigo 49 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, comandados por oficial da ativa do último posto, pertencente aos respectivos quadros de oficiais, força auxiliares e reserva do Exército, e a Polícia Civil, subordinam-se ao governador do Estado, serão regidos por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, direitos, garantias, prerrogativas e deveres, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.”.

Art. 5º - Os incisos VII e XI do artigo 53 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 53 - ...

“VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e demais órgão da administração pública.”

Art. 6º - Os incisos II e III do artigo 66 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

“II - servidores públicos do Poder executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência para a reserva de policiais militares e bombeiros militares;

III - organização de Defensoria Pública, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil;”

Art. 7º - Fica acrescido o § 3º ao artigo 108 da Constituição e o § 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 108 - ...

“§ 2º - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e os Bombeiros Militares nos crimes definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.”

§ 3º - Os Conselhos de Justiça serão integrados por oficiais da Corporação a que pertencer o acusado.”

Art. 8º - Fica acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o artigo 60, com a seguinte redação:

“Art. 60 - Até a edição das leis de que tratam os incisos VII e XI do artigo 53 e incisos II e III do artigo 65, aplicar-se-à no Corpo de Bombeiros Militar as normas que lhe eram aplicadas enquanto integrantes da Polícia Militar.

§ 1º - O atual quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar passa a constituir o quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar.

§ 2º - Os integrantes do Quadro de Oficiais de Administração da Polícia Militar, assim como os Quadros de Praças que tenham previsão do exercício da especialidade tanto na Polícia Militar quanto no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, farão a opção por um dos órgãos, observado o limite máximo de vagas previstas por ocasião da entrada em vigor desta Emenda Constitucional. Em havendo excesso de optantes para ocupar as vagas previstas para o quadro, ocuparão estas os que compunham o quadro bombeiro militar antes do acesso ao oficialato ou antes de ingressarem na especialidade, se Praças.

§ 3º - Os bens móveis e imóveis pertencentes ao Estado, utilizados e ocupados pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar passam a construir o patrimônio sob administração do Corpo de Bombeiros Militar.

§ 4º - Em até um ano, contado a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, período no qual serão constituídos sistemas próprios, fica assegurado ao Corpo de Bombeiros Militar e ao seu pessoal, os sistemas de ensino, finanças e saúde da Polícia Militar, observadas as regras de utilização, mantendo-se os descontos para o seu custeio, se previstos.”

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

P A R E C E R :

A presente emenda constitucional deu entrada nesta Casa em 09 de setembro de 2002, de autoria dos deputados Hermas Brandão, Durval Amaral e Algaci Tulio, recebendo o número 123/2002.

Trata a referida EC, na sua essência, da criação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, como órgão permanente e regular, organizado com base na hierarquia e disciplina, sendo força auxiliar e reserva do Exército, subordinado ao governador do Estado, desvinculando-se da Polícia Militar do Paraná.

O projeto foi encaminhado ao Comandante Geral da Polícia Militar para apreciação, que após análise pelas seções do Estado Maior e Diretoria recebeu parecer favorável, sendo encaminhado ao Secretário de Estado da Segurança Pública e a Liderança do Governo.

Da análise da PMPR, inclusive com a participação do Corpo de Bombeiros, foram apresentadas sugestões, visando adequação da Emenda originária, sendo portanto, apresentado por este relator, substitutivo ao projeto 123/2002.

Quanto a constitucionalidade, o artigo 144 da CF/88, não previu no *caput* a existência de um Corpo de Bombeiros Militar, porém, inseriu a possibilidade da existência desse órgão, com autonomia no § 5º, com a seguinte redação: **“As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.”**

Esta previsão se encontra no Capítulo III - das Segurança Pública - do Título V - da defesa do Estado e das instituições democráticas, considerando que à época alguns Estados já tinham os Corpos de Bombeiros como órgãos independentes, ligados à estrutura da segurança pública.

Com relação ao texto final do substitutivo, foram realizadas algumas alterações na estrutura do texto da PEC originária, objetivando agrupar os assuntos, inclusive com alterações nas Disposições Constitucionais Transitórias, visando proporcionar uma melhor transição entre a Polícia Militar e o novo órgão até a desvinculação final.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2002.

Em votação.

Como mencionou o deputado Algaci Tulio há a necessidade de 3/5 de votos de Assembléia, ou seja 33 votos favoráveis, SIM. A votação será nominal.

Solicito ao 1º secretário a Chamada Nominal dos senhores deputados para que proceda a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e cinco (45), senhores deputados responderam a Chamada e votaram SIM.

Está aprovado o Substitutivo por unanimidade.

Irà à votação após cinco Sessões Extraordinárias, como determina o Regimento.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu agradeço em nome do comandante do Corpo de Bombeiros, comandante Marchesini, que está aqui presente e demais oficiais integrantes de outros batalhões do Corpo de Bombeiros a atenção dos senhores parlamentares e votação que foi unanimidade pelos presentes. É a conotação do respeito que esta Assembléia tem para com a corporação do Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 535/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira de Adolescência - SBRA, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 535/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Adolescência - ASBRA, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder executivo a compensar os débitos decorrentes de ativos do Banestado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 618/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a compensar os débitos decorrentes de contratos de financiamento com o Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE, de ativos adquiridos pelo Estado do Paraná do Banco do Estado do Paraná S/A, por força do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob

condição, celebrando em 30 de junho de 1998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S/A e do Banco Central do Brasil, com precatórios, contra Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento.

§ 1º - O precatório, para fins de compensação, para fins de compensação, deverá ser expedido, processado, deferido e registrado pelo tribunal competente, não podendo sobre o mesmo haver pendência de recurso judicial.

§ 2º - O valor do precatório será atualizado monetariamente e haverá a incidência de juros até 1º de janeiro de 2002, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

§ 3º - Para efeitos desta Lei, o precatório, a critério de seu titular ao sucessor nos termos da lei civil, poderá ser cedido, por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros detentores de débitos para com o Estado do Paraná, advindo do contrato referido no artigo 1º desta lei.

§ 4º - Não se exigirá caução ou garantia do cessionário, ou do cedente, como condição para o deferimento do pedido de compensação.

§ 5º - deferido o pedido de compensação, o titular do precatório ou cessionário, no prazo de 5 (cinco) dias, requererá no juízo da execução, sob pena de revogação, a substituição processual pela Agência de Fomento do Paraná S/A, até o valor compensado.

Art. 2º - O requerimento para compensação será protocolado na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora dos ativos do estado do Paraná descrito no artigo anterior e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá, em até 5 (cinco) dias contados desse protocolo, indeferir-lo fundamentadamente.

Art. 3º - O pedido de compensação, será posteriormente analisado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, com posterior encaminhamento ao Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto nº 3.764, de 23 de março de 2001, para apreciação e encaminhamento da decisão aos órgãos competentes.

§ 1º - Para efeito de atualização dos valores das dívidas, serão usados os parâmetros estabelecidos pelos Decretos nºs 3.764, de 23 de março de 2001 e 5.100 de 05 de dezembro de 2001.

§ 2º - A compensação com a utilização de precatório fica limitada a 90% (noventa por cento) do valor atualizado da dívida.

Art. 4º - A extinção dos débitos pela compensação, realizada na forma desta lei, não dispensará o exercutado do pagamento das despesas processuais e tampouco dos honorários advocatícios devidos, se for o caso, devendo a análise e decisão serem definidas pelo Comitê de Gestão e Controle.

Art. 5º - A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para a União, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 6º - A Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná observará, para fins de assentamentos contábeis da compensação (art. 934 do Código Civil), a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados (artigo 1009 do Código Civil) na forma desta lei, ficando o devedor, entretanto, quite com a obrigação compensada.

Art. 7º - O direito de compensação restringir-se-á aos requerimentos protocolados junto à Agência de Fomento do Paraná S/A, até 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 8º - Para fins desta lei, fica autorizada a assunção, pela Fazenda do Estado, de créditos contra suas autarquias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de suas publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.12.2002.

(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 725/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 725/2002
À Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campina Grande do Sul, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.2002.

(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - de Decreto Legislativo nº 002/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que susta as Resoluções nºs 2617/2001 e 2618/2001 da Secretaria de Estado da Educação e a 3357/2001, da Secretaria de Estado da Administração. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustada a Resolução nº 3.357/2001 da Secretaria de Estado da Administração, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2001, nos termos do artigo 54, XXVIII, da Constituição do Estado do Paraná, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - de Decreto Legislativo nº 004/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que susta a Resoluções nº 168 de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica susta o artigo 11 com seus parágrafos, da Resolução nº 168, de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do dia 25 de janeiro de 2002, nos termos do artigo 54, XXVIII, da Constituição do Estado do Paraná, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 158/2000, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Executivo a instalação de Centros de Formação Condutores pelo Detran, para qualificação de condutores, gratuitamente. COM PARECERE FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA Nº 1 E CONTRÁRIA À Nº 2 COM PARECER CONTRÁRIO DA CSP. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, com apoio dos senhores deputados Carlos Simões, Ângelo Vanhoni, Edno Guimarães e demais senhores deputados, constante

do expediente, solicitado a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. Em votação o Requerimento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores.

Sou autor deste projeto e na verdade é um projeto que está causando apreensão grande no meio daqueles detentores de centros de condutores que, na verdade, não procede. A grande verdade é que o Projeto visa, única e exclusivamente, atender aquelas pessoas que não têm condições de tirar a sua carteira nacional de habilitação, tirar a sua carteira de motorista! O filho do pobre, aquele que vai trabalhar de motorista, aquele que precisa de uma carteira para conseguir um emprego.

Não acredito que sejam verdadeiras as alegações que vão se fechar os centros de formação de condutores do nosso Estado, não, não é verdade! Mesmo porque o Projeto além de estabelecer um limite para que as pessoas estejam isentas das taxas e também do pagamento pelo curso de formação ele estabelece um limite para as pessoas que têm renda familiar até três salários mínimos.

Eu acredito, melhor, eu tenho convicção que não são só os pobres que fazem a sua carteira de motorista, são as pessoas da classe média, os ricos, os milionários, os assalariados, todos estes têm que se dirigir a um Centro de Formação de Condutores para que lá aprendam e possam adquirir a sua Carteira Nacional de Habilitação.

Os Centros de Formação de Condutores que vieram em muito boa hora. Tive a oportunidade quando deputado federal de trabalhar para aprovação do novo Código Nacional de Trânsito.

Agora, vejam os senhores! O projeto além de ter um grande alcance social ele também vai proporcionar aos Centros de Formação de Condutores a oportunidade de dar esses cursos às pessoas que não têm nenhuma possibilidade. Porque o projeto prevê além da criação dos Centros pelo Detran, onde o Detran não instalar esses Centros, onde não for conveniente o Detran instalar. Nós sabemos que hoje o Detran está terceirizando praticamente tudo. É claro que ele vai terceirizar esses serviços. E está atendido no nosso projeto a possibilidade do Estado, através do Detran em firmar convênios, com os Centros de Formação de Condutores já existentes em nosso Estado. O próprio Estado irá pagar para os Centros de Formação de Condutores pelo curso que ele ministrar.

Nós sabemos dos custos que têm os Centros de Formação de Condutores. Hoje, fala-se em torno de até, com custos de imobilização de equipamentos, dos seus veículos, os custos de combustíveis, dos professores, enfim para atender as exigências está em torno de 200 reais, os custos, pelo menos foi o valor que me passaram.

Claro, que haverá uma regulamentação da lei por parte do Poder Executivo, e uma maneira que nós teremos de o Detran carrear os recursos que hoje o Detran arrecada, através das multas, através de todas as ações que o Detran desenvolve em nosso Estado, em carrear uma parte desses recursos para atender uma grande par-

cela da população que não tem condições de conseguir uma carteira de habilitação. Não pode se habilitar, não pode receber uma formação. Considero que motorista é uma profissão. E nós temos que profissionalizar. Por isso que temos os Centros de Formação de Condutores. Por isso mesmo, que queremos dar a possibilidade àqueles que não têm, 200, 300 reais não sei quantos reais, importa quanto é o valor total, o pagamento das taxas que são recolhidas ao Tesouro do Estado e também os custos dos Centros de Formação de Condutores.

Nós queremos proporcionar a essas pessoas, que hoje já estão com uma dificuldade enorme de encontrar um emprego. Tenho certeza que com a posse dessa Carteira de Motorista, algumas portas talvez não todas, mas algumas poderão se abrir para essas pessoas que estão aí à procura de trabalho.

Porque é muito interessante nos lembrarmos. Porque existe o motorista do caminhão, existe o motorista do ônibus rodoviário, existe o motorista dos ônibus circulares das cidades, existem os motoristas profissionais, existem os motoristas particulares. Não conheço ninguém que venha de uma classe social, com mais poder aquisitivo, não conheço ninguém que tenha vindo da classe média, média ou de alguém abastado que se tornou motorista profissional.

O nosso projeto vai ao encontro dos interesses dos mais simples, dos mais fracos, dos mais humildes. Tenho certeza, tenho convicção que esse projeto, além de atender a essas pessoas vai proporcionar a todos os centros de Formação de Condutores um grande volume de trabalho. Talvez os proprietários dos Centros de Formação de Condutores ainda não conseguiram visualizar o que vai acontecer no futuro. Imagine os senhores, a demanda reprimida que existe de pessoas que não conseguem tirar a sua carteira de motorista. Imagine quantas pessoas, se hoje os senhores têm um volume nos Centros de Formação de Condutores, certamente amanhã após a regulamentação dessa Lei, o movimento desta lei o movimento dos seus centros de formação de condutores será muito maior, será aumentado. Não podemos ser sonhadores, a grande maioria das pessoas que vêm de famílias com renda mais baixa não conseguirão tirar uma carteira de motorista. Não é fácil alguém gastar trezentos, quatrocentos reais para tirar uma carreira de motorista, mesmo que, como me disseram alguns proprietários de centros de condutores, que façam parcelamento como estão fazendo já, e isso é uma demonstração da dificuldade que essas pessoas têm em conseguir uma carteira de motorista, é um parcelamento de cinquenta, sessenta reais que eu sei que os senhores estão fazendo, isto comprova que o nosso projeto é para atender realmente aqueles que não podem conseguir a sua carteira de motorista.

Então, eu queria dizer a todos os senhores que o nosso projeto não visa em momento nenhum, em hipótese alguma prejudicar qualquer centro de formação de condutores, e muito menos fechar ou acabar com os empregos que hoje são gerados pelos centros de forma-

ção de condutores; o nosso projeto visa é aumentar essa oferta de trabalho, tanto para aqueles que vão conseguir a sua carteira de motorista como também para os centros de formação de condutores, que certamente terão uma procura maior, terão uma demanda maior. Porque eu acredito que esta é uma função do Estado, é prover o cidadão de um documento que lhe dê condições de encontrar um trabalho digno, um trabalho honrado, para que ele possa com o seu salário suprir as suas necessidades e as necessidades da sua família.

Por isso, senhor presidente, eu peço a todos os senhores deputados que avaliem o que contém esse projeto, façam um estudo de todo este projeto para que nós possamos atender os reclamos, nós homens públicos, nós que estamos no dia-a-dia em contato direto com a população, nós sabemos da ansiedade daquelas pessoas que querem conseguir uma carteira de motorista e não conseguem. Quantos dos senhores foram procurados para conseguir uma carteira de motorista? Quantos dos senhores que foram procurados para: “Olha, o senhor me ajuda a pagar uma taxa!” E nós temos que dizer: “Olha, nós não podemos pagar nada, nós estamos impedidos, nós somos homens públicos, nós estamos concorrendo a uma eleição, nós não podemos pagar isso”. Mas nós somos procurados.

Então, esta é uma prova inequívoca de que estas pessoas que serão atendidas pelo nosso projeto, se não for aprovado este projeto na sua 3ª discussão certamente não irão obter a sua carteira de motorista, ou quando muito 10% dessas pessoas, que num grande esforço, num grande sacrifício de toda a sua família, talvez consigam a sua carteira de motorista; mas os outros certamente ficarão à margem, não terão condições de conseguir um documento que certamente lhe fará a abertura de muitas portas.

Por isso, eu peço aos senhores deputados que avaliem, que façam uma reflexão em tudo o que os senhores já viram, por tudo o que os senhores já passaram, com todos os que os senhores já passaram, com todos que os senhores já conviveram, com tudo o que os senhores já viram que nós homens públicos que somos votados a cada quatro anos, como costumamos dizer, a cada quatro anos temos que prestar um novo vestibular, e nesse vestibular nós estamos num encontro com as pessoas sabendo das suas ansiedades, das suas necessidades. Eu duvido, duvido mesmo que tenha um só deputado aqui dentro desta Casa que já não tenha vivido esta situação, de pessoas que precisam conseguir a sua carteira de motorista e não conseguem porque não têm os recursos para pagar as taxas, deputado Durval porque não têm os recursos para pagar o curso no centro de formação de condutores. Então, peço aos senhores deputados uma reflexão antes de nós fazermos a votação deste requerimento.

Muito obrigado senhor presidente.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Eu gostaria de fazer uma apelo ao deputado Carli, realmente eu não estou aqui desmerecendo o projeto de

lei dele, eu acho muito importante. Mas nós tivemos no governo oito anos aqui junto com este governo e nós não criamos essa situação para o nosso governo.

Entra um governo novo. Temos que analisar todas as questões que vão envolver o Governo do Estado e também uma classe. São 500 auto-escolas no Estado do Paraná que gera empregos e vai passar por dificuldades maiores do que eles já vêm passando.

Não estou dizendo que o projeto não é bom, só estamos pedindo dez Sessões para discutir. Ontem fomos pegos de surpresa, porque diziam que este projeto não entraria este ano. Votei contrário.

Pense um pouco, deputado Ribas Carli, quem faz este ano poderá ser feito o ano que vem, porque V. Exa se reelegeu. Vai manter esse projeto na sua mão e se V. Exa. convencer a nós e as auto-escolas, que somos nós para votarmos contra se o projeto for ideal. Somos a favor.

Começa um grande governo e vamos criar dificuldades para o novo governo. Queremos que você retire por dez Sessões.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Tenho certeza que a intenção do deputado Fernando Ribas Carli é a melhor possível para com todos os cidadãos paranaenses, principalmente aqueles que necessitando tirar a sua primeira habilitação não conseguem em função dos custos.

Por outro lado temos uma contradição estabelecida, o projeto por mais meritório que possa ser gerou muita ansiedade, muita angústia, muitas dúvidas naqueles que geram empregos, renda, efetivamente tendo seu centro de formação de condutores retiram dali o seus sustento e de muitas outras pessoas que são empregadas.

Por isso peço a V. Exa., pois não quero ter o constrangimento de votar contra um projeto ou um requerimento de um companheiro tão leal nesses últimos anos, que sempre votou e acompanhou as votações que encaminhamos nesta Casa.

Faço um apelo como amigo, para que o amigo retire de próprio punho por dez Sessões para que possamos analisar com muita calma, e até quem sabe trazer alguma contribuição com intuito de melhorar o projeto. Talvez até remunerar os serviços prestados pelas auto-escolas no que se refere assistência àqueles que não podem com recursos próprios tirar a sua habilitação.

Muito obrigado!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Quero deixar consignado o nosso ponto de vista. A carteira de habilitação tem se constituído no Brasil inteiro um vestibular. E sempre é o mesmo letrado que sofre para obter a carteira. Estou encerrando 16 anos de mandato, sempre estive ao lado dos despachantes.

Agora, tenho que reconhecer essa idéia, que é excelente. Que é poder fazer com que o pobre, que é às vezes a carteira profissional dele, para poder gerar o seu emprego, que a gente aqui não possa aprovar uma matéria dessa, com todo respeito a categoria ofendida que aparece para fazer a defesa, eles também merecem todo respeito.

Ouvi ontem do presidente Lula dizendo que ele estava nomeando um médico para o ministério da economia, porque o Brasil está muito doente. Uma autoridade falando mal do país já começa mal. Achei isso, por parte do presidente, uma levandade, uma falta de experiência. Imaginem aqueles que estão necessitando de uma carteira de motorista para poder trabalhar e não tem o dinheiro para pagar. Não podemos deixar passar essa matéria.

Fui entrevistado agora há pouco se em final de mandato se vota em afogadilho algum projeto? Disse que votamos e a maioria vota sem saber o que está votando.

Esse projeto deveria prosperar. Quem sabe com a carteira de motorista alguém possa arrumar um trabalho. Parabéns ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Observo aqui o grande esforço dos deputados que compõem esta Casa no sentido de buscar leis que possam atender os interesses do povo do Paraná.

Ouvi atentamente os pronunciamentos dos deputados: Nelson Garcia, Durval Amaral nesta direção, buscando fazer uma lei nos interesses do Paraná. Sinceramente tenho sido surpreendido por ações de parlamentares que apoiam o governo Jaime Lerner, no sentido de não criar dificuldades para o novo governo.

Vi a proposta do deputado Fernando Ribas Carli, inclusive disse a ele que votaria a favor da sua proposta. Só que inicialmente era autorizatória e, de repente, se tornou uma lei de caráter obrigatório.

O apelo dos deputados Durval Amaral, Nelson Garcia e o nosso apelo para que ele retire o seu projeto de lei para que possamos discutir, analisar o ano que vem e junto tratar desse assunto com tranquilidade e fazer uma lei que atenda aos interesses da grande maioria do povo do Paraná. As discussões nesta Casa são com um sentimento de resolver problemas sem criar dificuldades e com os ânimos desacelerados que pedimos ao deputado Fernando Ribas Carli que retire a sua proposta para podermos amadurecê-la, aprová-la com o apoio unânime desta Casa. Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Deputado Carli, procurando por algumas pessoas disse que era contra o projeto. Analisando posteriormente com a sua argumentação, quero refazer essa posição com relação ao mérito do projeto. No mérito todos estão de acordo. A questão é a forma.

Não tenho convicção que a melhor forma é o Estado assumir aqueles que não podem pagar.

Quem sabe poderíamos normalizar isso através do Detran. O próximo governo poderia fazer isso de tal forma que pudesse passar pelas auto-escolas, pela formação de condutores de hoje; poderíamos abrir um espaço ainda maior de tal forma que houvesse uma maior formação através das auto-escolas, ao invés de fazer centros próprios e com alguma ligação direta com o governo.

É meritória sua proposta. V. Exa. tem razão, todos nos procuram porque não podem pagar a dita carteira nacional de habilitação. Nós precisamos dar essa oportunidade há muitas pessoas. É como você mesmo falou: existem pessoas que não precisam fazer a carteira de habilitação para desenvolver o seu trabalho, mas há muitos que precisam ter a carteira de motorista. Então, concordo no mérito, apenas discordo na forma.

Quero resgatar o que falou o nobre deputado Nelson Garcia: estamos chegando ao final de um mandato e é possível discutirmos essa proposta no ano que vem com maior detalhamento, juntar os técnicos do Detran que possam trabalhar uma proposta como essa. Agora, temos que considerar quem já está trabalhando e fazendo a formação dos condutores, pois eles não têm culpa se muitos não podem pagar!

Quem sabe possamos fazer com que essas próprias escolas atuais possam prestar esse serviço com auxílio do Estado que, em última conta, deva responder por aquele cidadão que não tem condições de fazer o pagamento.

Muito obrigado!

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor presidente, da mesma forma que a maior parte ou quase todos também votei a favor do Projeto do deputado Fernando Ribas Carli, e hoje, procurado por representantes e funcionários de centros de condutores, mais conhecidos como auto-escolas, fui ao meu gabinete para fazer a leitura do projeto, que não me havia detido. Mas, verifiquei o seguinte: voto a favor da retirada do Projeto do deputado Ribas Carli, mas não podia deixar de manifestar, aqui, e cumprimentar o deputado Fernando Ribas Carli por essa iniciativa. De um lado a preocupação desta Casa, não de proteção, de amparo, mas de reconhecimento pelo que representa o centro de condutores que existem em função de uma lei nacional e que formam o melhor dos nossos motoristas.

Mas, a propositura, o Projeto Ribas Carli tem um significado muito importante pois todos nós tivemos no dia-a-dia e muito especialmente durante as campanhas a procura de eleitores ou não que não são portadores da carteira de motorista embora sabendo dirigir ou necessitando saber dirigir não dispõem de R\$1,00 (um real), R\$10,00 (dez reais).

É muito comum no interior ou aqui mesmo na capital pessoas que precisam da carteira nacional de habilitação e não dispõem de R\$10,00 (dez reais), R\$50,00 (cinquenta reais) ou R\$100,00 (cem reais) e procuram a

nós: os políticos, candidatos ou não, em campanha ou fora de campanha.

Como fica o pobre que não tem condições de tirar sua carteira de motorista?

E não é R\$100,00 (cem reais) ou R\$200,00 (duzentos reais) que necessitam, pois a carteira nacional de habilitação custa em média R\$500,00 (quinhentos reais). Como é que fica aquele que não dispõe de recursos? Como fica aquele cidadão que é pobre, precisa trabalhar e não tem dinheiro para se habilitar?

Está aí o mérito da iniciativa do deputado Fernando Ribas Carli.

Vou votar, espero que ele retire o seu Projeto, mesmo tendo sido votado em duas discussões, mas queria registrar com alegria a sua iniciativa, porque haverá, sem dúvida alguma, na próxima legislatura, se assim o fizer a retirada do seu projeto, algum subsídio, alguma idéia nova e aperfeiçoar esse projeto e possibilitar àquele pobre com dois ou três ou mesmo um salário mínimo, que tenham também a possibilidade um dia de obter o seu documento para o seu trabalho.

Muito obrigado!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero agradecer as colocações feitas pelos diversos parlamentares: parlamentar Nelson Garcia, líder do governo Durval Amaral, deputado Nereu Moura, líder do PMDB, deputado Augustinho Zucchi, deputado Basílio Zanusso, também o deputado Moysés Leônidas. Quando fazem as suas colocações no sentido de que nós nos sensibilizemos para que façamos a retirada desse projeto.

Quero dizer aos senhores, tive uma conduta na vida pública, sempre de cavalheiro.

Acredito que o Parlamento tem que ser feito de cavalheiros.

Atendendo as solicitações dos ilustres parlamentares, do deputado Durval Amaral, líder do governo, também do deputado Nereu Moura, líder do PMDB, que foi cavalheiro conosco, quando no dia de ontem retirou uma Emenda de sua autoria, que praticamente destruía o projeto. Simplesmente, aniquilava o projeto.

Então, não serei eu neste momento, quem deixará de ser cavalheiro.

Peço, senhor presidente, a retirada do projeto, com a certeza de que na próxima legislatura nós vamos discutir esse projeto, porque ele já irá iniciar-se a partir do momento em que está.

Muito obrigado, peço a retirada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a V. Exa. que encaminhe à Mesa a retirada. Foi **aprovado** o requerimento do deputado Nelson Garcia.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 158/2000.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Pela ordem, senhor presidente!

(Assentimento)

Apenas, mas com muita satisfação, gostaria senhor presidente de deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, a presença da ilustre vereadora do município de Porecatu, Dra. Elaine Veras, que muito engrandece o Poder Legislativo do Estado do Paraná. Sempre fazendo um trabalho com muita competência e seriedade na Câmara dos Vereadores daquele município.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais a presença da ilustre visitante.

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 740/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que regulamenta o pedido de vistas, adiantamentos e novas audiências de processos, de qualquer natureza, em tramitação no Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a transferir o município de Conselheiro Mairinck para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 769/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Instituição Ação Social Albergue de Deus, com sede e foro no município de Carambeí, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que estabelece o parcelamento dos débitos referentes as multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 03 (três).

A de nº 01 e nº 03 de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, devidamente apoiadas.

A de nº 02 de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 706/2002**

Acrescente-se novo parágrafo ao Projeto de Lei nº 706/2002, com a seguinte redação:

Parágrafo... - “Somente poderão ser objeto de parcelamento, as multas aplicadas até 30 de novembro de 2002.”

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(aa) ELI GHELLERE, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON E CAÍTO QUINTANA

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 02

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 706/2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Fazenda, promoverá o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito em até 12 (doze) parcelas.”

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(aa) CAÍTO QUINTANA, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, ADEMIR BIER E I ILEGÍVEL

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 03

Acrescente-se novo parágrafo ao Projeto de Lei nº 706/2002, com a seguinte redação:

Parágrafo... - Os usuários interessados no parcelamento de que trata esta lei, terá prazo de até o dia 30 de junho de 2003, para requererem o benefício.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, CAÍTO QUINTANA, WALDYR PUGLIESI E ANTONIO ANIBELLI

O Projeto retorna à CCJ.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 741/2002, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o cargo de procurador geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Como há Emenda de Plenário e o referido projeto está incluído entre aqueles que transformam o Plenário em comissão geral, nós passamos para o relator Plauto Miró Guimarães relatar a Emenda do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relata a emenda do Projeto 741/2002.

**EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 741/2002**

A presente emenda aditiva do Projeto de Lei nº 741/2002, objetiva a introdução de novo dispositivo ao texto da proposta original, que deverá ser renumerado como artigo 4º e, em consequência, renumerando-se como artigo 5º o seu último dispositivo:

“Art. 4º - Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 13.435 de 09 de janeiro de 2002 e, em conformidade, seu anexo I, para dotar a estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas de 03 cargos de Assistente Social, simbologia ASO-DO 1, conforme segue:

Art. 1º - ...

Art. 2º - ...

Art. 3º - ...; 03 Assistente Social, ASO-D01;...”

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Nelson Tureck, Carlos Simões, Ademar Traiano e Miltinho Pupio.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em discussão o parecer.

Encerrada a discussão.

Em votação o parecer. Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação o projeto.

Senhores deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda.

Senhores deputados que aprovam a Emenda permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 764/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/2002, ficam criados na Universidade Estadual do Paraná o Unespar, dois cargos de provimento em comissão de diretor, simbologia DAS-3 e dois cargos de vice-diretor, simbologia DAS-5, para dar atendimento ao disposto nas Leis Estaduais nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001 e 9.663, de 16 de julho de 1991. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/2002, de autoria do deputado Elio Rusch, que introduz alterações na legislação do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), em relação aos produtos da mandioca. SEM PARECER DA CCJ. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLÊNÁRIO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2002, de 29/04/2002).**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/2002, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar o Campus da Unioeste, no município de Santa Helena. SEM PARECER DA CCJ. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 090/2002, de 26/06/2002).**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que susta a Resolução Conjunta nº 100/98 SEAD/SEED, de 15 de outubro de 1998. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 106/2002, de 19/08/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 03/2002

P A R E C E R :

O projeto de decreto legislativo, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, susta a Resolução Conjunta 100/98, das Secretarias de Estado da Administração e da Educação.

A resolução objeto da matéria em exame veda o aproveitamento, para efeito de promoção de professores que cursaram especialização, de cursos realizados em faculdade do Estado de São Paulo.

Diante dos problemas criados com a rejeição de certificados de professores, a Procuradoria Geral do Estado do Paraná - PGE - designou Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída pelos procuradores do Estado Moacyr Wilhelm Rocha, Carmem Silvia de Barros Rocha Paes, José Kreitler e Maria do Rosário Pereira. O relatório dessa Comissão, cuja cópia segue anexa a este parecer, conclui pela irregularidade dos certificados dos professores, atestando que os mesmo foram adquiridos legalmente, isto é, com frequência e aproveitamento em provas e demais avaliações.

Considerando a reiterada recusa do Governo do Estado em aceitar os certificados, alguns professores ingressaram com medidas judiciais, buscando a progressão na carreira e obtiveram julgamento favorável do Tribunal de Justiça do Paraná, em reexame necessário (segue anexa cópia do acórdão do TJ).

Os professores apresentaram os certificados de conclusão de cursos de especialização, realizados anteriormente em 1989, solicitando a progressão na carreira nos termos da Lei Complementar nº 77/96.

Contudo, a Resolução Conjunta das Secretarias de Estado da Administração e da Educação vedou a pretensão dos professores.

Sob o aspecto constitucional, não pode ato normativo hierarquicamente inferior à Lei Complementar, como é a Resolução, restringir direito assegurado. Dessa forma, plenamente razoável seja a Resolução sustada.

As Secretarias podem invalidar o ato administrativo de ofício, como não fizeram mesmo após a emissão do Relatório da Procuradoria Geral do Estado e os julgamentos favoráveis do Tribunal de Justiça, apresentou-se o projeto de decreto legislativo em exame.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2002.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de decreto, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, visa sustar a Resolução Conjunta nº 100/98 SEAD/SEED, de 15 de outubro de 1998.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o § 7º do artigo 33 do Regimento Interno, conclui que a exigência da Resolução supra citada fere norma constitucional federal, causando prejuízos à classe dos servidores estaduais.

Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 10.12.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2678, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2679, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após com a seguinte

ORDEM DO DIA,

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 003, 005, 009, 010, 030/2000; 025/2001 e 024/2002, e do Projeto de Lei nºs 031/2002.

Posteriormente teremos a suspensão por 60 minutos, para realização de outra Sessão, para que a Comissão de Orçamento possa se reunir.

Levanta-se a Sessão.